

# Liquidação do estoque

VILLAS-BÔAS CORRÊA

Pelo visto, o presidente Fernando Henrique Cardoso encantou-se com o sucesso da operação que abafou a CPI da Corrupção e decidiu adotá-la como modelo para o estilo político do governo no ano e sete meses do ocaso do segundo mandato.

Se não é exato, parece. Pois, em cima da fumaça dos foguetes comemorando a retirada das 20 assinaturas de deputados, recompensados com a liberação generosa de verbas para as emendas dos agraciados, que matou no berçário a tentativa oposicionista de investigar, em pauta gorda, as denúncias de escândalos e roubalheiras, o presidente lançou à especulação e à cobiça o velho truque do despiste da reforma ministerial.

Em parte, deu certo. É tiro que sempre assusta ou maltrata a caça. No Congresso não se fala mais na violação do painel eletrônico e as investigações sobre prováveis invasões na peneira furada do Prodasen e as levandades da ex-heroína, dona Regina Borges, foram varridas para o porão e vão dar em nada. O tempo enterra os esquecidos.

O Senado recolheu-se à discrição tradicional e não comenta as renúncias dos ex-senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães. O primeiro curte a amargura de que só perdeu o rico mandato porque foi envolvido na caçada a ACM, no ajuste de contas de notórias desafeições provocadas pelo seu temperamento.

Dormem em paz, no sono profundo da impunidade, os 27 dos 81 senadores que respondem a 74 processos judiciais, segundo levantamento do último número de *Veja*, 25 por crimes comuns, como peculato, estelionato, sonegação, grampo telefônico e falsificação de documentos.

Lá é verdade que o Ministério Público do Pará cavouca nos arquivos os processos cobertos de pó e roídos por traças, envolvendo o presidente do Senado, Jader Barbalho, em trapalhadas cabeludas, como o desvio de 7 de milhões do BanPará, ao tempo em que era governador do estado. E o juiz federal Agilberto Gomes Machado, da 4ª Vara do Pará, insiste em realizar perícia sobre a existência da fazenda Paraíso, que pertenceu ao próspero senador Jader Barbalho, desapropriada em operação suspeita da trampa da grilagem.

Tais aborrecimentos não chegam a assustar o governo nem a serenidade do Senado, que já anunciou o fim da caça às bruxas. Para tamponar o murmúrio da maledicência, o presidente soprou o anúncio de uma mexida parcial no Minis-

*De esperteza de falso sabido, a reforma ministerial vira nova crise, embrulhada em ridículo*

tério, substituindo algumas peças para ajustar o motor às alterações na sua base de apoio parlamentar, premiando dedicações no transe da ameaça da CPI Mista da Corrupção e trancando o cadeado diante da teimosia oposicionista de substituí-la pela CPI do Senado. E assim oferece aos políticos e à mídia um novo assunto para preencher o vazio.

O baixo nível das rivalidades entre parceiros da aliança que se dissolve no salve-se quem puder do fracasso do governo e da impopularidade do presidente arrastou as brigas de comadres sobre ministérios e cargos no Congresso para o bate-boca de sarjeta. Um novo vexame na exibição "das tripas abertas do governo", da imagem inspirada do sociólogo.

Não convém perder tempo e estragar o estômago acompanhando o extenso noticiário — que se derrama por páginas dos jornais e revistas e respinga na TV —, dos palpites, das picuinhas, insinuações maldosas ou torpes trocadas entre líderes e parlamentares do PFL, do PMDB e do PSDB, no avança às migalhas de carne presas ao osso da parte menor do Ministério que está sendo leiloado. Um roteiro de mesquinharias, sem uma única escassa referência ao interesse público, sem uma idéia, uma proposta, um projeto. É o giro em torno das migalhas do poder com a gana espiçada pela véspera de campanha eleitoral.

Os partidos apresentam a conta dos votos negados ao fantasma da CPI da Corrupção e reforçam exigências, confrontando com a lista dos débitos das traições dos concorrentes ao botim.

É possível que não saia reforma nenhuma. Pelo menos antes de outubro, quando termina o prazo para as inscrições partidárias, como sugere o didático presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen. Um clarão de bom senso, de reflexão ajuizada do presidente, o alertaria a rever táticas e recolher a reforma ao estaleiro.

De esperteza de falso sabido, a reforma transformou-se em ameaça de nova crise, embrulhada em ridículo e no escandaloso balcão da barganha de ministérios por ilusórias promessas de apoio. Nenhuma legenda, na delirante tensão de véspera de campanha, rachada por dissidências, dispersa em entendimentos estaduais, cada qual buscando seu rumo na garupa de candidaturas presidenciais viáveis, que puxem votos, pode garantir fidelidade ao governo corroído pelo cupim da impopularidade.

Na penumbra do racionamento de energia, com mais uma evidência da omissão e imprevidência do governo, que ignorou as advertências do Instituto Nacional de Meteorologia sobre a seca no Nordeste, o abafa da corrupção, só faltava o alarme do ministro dos Transportes, o peemedebista Eliseu Padilha, de que sem recursos de bilhões para investir na malha rodoviária em pandarecos o país vai parar no engarrafamento nacional das estradas intransitáveis. Na escuridão e atolado no seco.